

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.608, DE 2025

Institui a Semana Nacional da
Consciência Digital Infantil.

Autor: Deputado RAIMUNDO SANTOS

Relator: Deputado ALBUQUERQUE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2608, de 2025, de autoria do Nobre Deputado Raimundo Santos, institui a Semana Nacional da Consciência Digital Infantil, a ser celebrada anualmente na segunda semana de fevereiro e integrada ao calendário oficial do País, com o objetivo de promover o uso seguro, responsável e consciente da internet por crianças e adolescentes. A proposta prevê a realização de ações de conscientização e educação digital voltadas também a pais, educadores e à sociedade em geral, abordando temas como prevenção ao *cyberbullying*, crimes cibernéticos e desafios perigosos, combate à exposição a conteúdos impróprios, promoção da saúde mental diante do uso excessivo de telas e estímulo à cidadania digital. As atividades poderão ser desenvolvidas por órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, empresas de tecnologia e entidades de proteção à infância, em parceria com União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com custeio correndo por dotações orçamentárias próprias, conforme a legislação vigente.

O projeto não possui apensos e foi distribuído às Comissões de Comunicação; Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD). Sua apreciação é conclusiva pelas Comissões e seu



regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Ao fim do prazo regimental, não havia emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Examinamos, neste parecer, o Projeto de Lei nº 2608, de 2025, de autoria do Nobre Deputado Raimundo Santos (PSD/PA), que institui a Semana Nacional da Consciência Digital Infantil, a ser realizada anualmente na segunda semana de fevereiro e incorporada ao calendário oficial do País. A proposta busca responder a uma preocupação crescente da sociedade contemporânea: a necessidade de preparar crianças e adolescentes para um uso seguro, responsável e consciente da internet e das redes sociais, ao mesmo tempo em que envolve pais, educadores e a comunidade em ações de orientação e prevenção.

O texto legal estabelece como focos principais a prevenção ao *cyberbullying*, crimes cibernéticos e desafios perigosos, a proteção contra conteúdos impróprios, a promoção da saúde mental diante do uso excessivo de telas e o estímulo à cidadania digital e ao respeito aos direitos humanos no ambiente virtual. De forma acertada, o projeto prevê a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades públicas e privadas, valorizando parcerias com instituições de ensino, organizações da sociedade civil, empresas de tecnologia e entidades de proteção à infância. Trata-se, portanto, de uma iniciativa louvável, que reforça a importância da educação digital como instrumento de inclusão, proteção e formação cidadã das novas gerações.

Em linha com a centralidade do tema no debate público e parlamentar, registre-se que o PL 2.628/2022 — conhecido como ECA Digital ou “PL contra a adultização”, que fixa obrigações para plataformas



(mecanismos de verificação de idade, ferramentas de controle parental e remoções em casos específicos) — foi aprovado na Câmara dos Deputados em agosto de 2025 e, em 27 de agosto de 2025, obteve aprovação no Plenário do Senado; o autógrafo foi expedido em 29 de agosto de 2025, passando a aguardar sanção presidencial. Esse avanço legislativo recente ilustra a prioridade que o Congresso tem conferido à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, reforçando a pertinência da Semana Nacional da Consciência Digital Infantil proposta no projeto que ora relatamos.

Ao mesmo tempo, a preocupação da sociedade com o tema é crescente, como revelam os dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2024, segundo a qual cerca de 93% das crianças e adolescentes brasileiros entre 9 e 17 anos já acessam a internet regularmente, sendo que 76% utilizam redes sociais como principal porta de entrada no mundo digital. O levantamento também mostra riscos associados, como a exposição a conteúdos inapropriados e o contato com desconhecidos, aspectos que alimentam a demanda social por medidas legislativas e educativas capazes de garantir segurança e bem-estar no ambiente virtual¹. Nesse contexto, tanto a aprovação do PL 2.628/2022 quanto a tramitação do PL 2.608/2025 refletem respostas institucionais a uma pauta que mobiliza famílias, educadores, especialistas em saúde e a sociedade civil, consolidando a educação digital como tema estratégico para as novas gerações.

Contudo, tendo em vista a existência da Política Nacional de Educação Digital — instituída pela Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023 — entendemos que, para fins de melhor consolidação da legislação do setor e para que o Projeto de Lei em exame se coadune com a política já estabelecida sobre o tema, é recomendável a apresentação de um Substitutivo. Ressalte-se que esse Substitutivo não promove alterações de mérito, limitando-se a evitar a criação de uma lei isolada e a inserir a “Semana Nacional da Consciência Digital Infantil” no corpo da Lei nº 14.533/2023, de modo a assegurar maior coerência normativa e sistematicidade à disciplina legal da educação digital no País.

¹ Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic.br. TIC Kids Online Brasil 2024: Crianças. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/kidsonline/2024/criancas/B1B/>. Acesso em: 1 set. 2025.



Diante do exposto, reconhecemos os méritos da presente proposição, que aborda com clareza e atualidade um dos maiores desafios da contemporaneidade: a proteção e a educação digital de crianças e adolescentes. Trata-se de iniciativa que alia prevenção, conscientização e cooperação institucional, fortalecendo a cidadania digital e a formação ética das novas gerações. Por essas razões, é com grande satisfação que apresentamos voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 2608, de 2025, na forma do **SUBSTITUTIVO** que a seguir apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ALBUQUERQUE
Relator

2025-13906

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250086927900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Albuquerque



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.608, DE 2025

Institui a Semana Nacional da
Consciência Digital Infantil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 11-A. Fica instituída a Semana Nacional da Consciência Digital Infantil, a ser celebrada, anualmente, na segunda semana do mês de fevereiro, com o objetivo de promover o uso seguro, responsável e consciente da internet por crianças e adolescentes.

§ 1º A Semana Nacional da Consciência Digital Infantil passa a integrar o calendário oficial do País.

§ 2º Durante a Semana, serão desenvolvidas ações de conscientização, orientação e educação digital voltadas a crianças, adolescentes, pais, educadores e à sociedade em geral, com foco em:

I – uso seguro e responsável da internet e das redes sociais;

II – prevenção ao cyberbullying, aos crimes cibernéticos e aos desafios perigosos;

III – identificação e combate à exposição a conteúdos impróprios;

IV – promoção da saúde mental diante do uso excessivo de telas;

V – estímulo à cidadania digital e ao respeito aos direitos humanos no ambiente virtual.



§ 3º As ações alusivas à Semana poderão ser promovidas por órgãos e entidades da administração pública, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, empresas de tecnologia e entidades de proteção à infância e à adolescência, bem como demais instituições atuantes na área.

§ 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão firmar parcerias com entidades públicas e privadas para a realização das atividades previstas neste artigo, bem como para o desenvolvimento de materiais didáticos, campanhas educativas, seminários e atividades escolares.

§ 5º As despesas decorrentes da execução das ações previstas neste artigo deverão ser desenvolvidas dentro dos limites orçamentários e no âmbito de competência de cada órgão governamental envolvido.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ALBUQUERQUE
Relator

2025-13906

